

CAMPONESES E CAMPONESAS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: DE VÍTIMAS A PROTAGONISTAS DA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS

PEASANTS OF THE BRAZILIAN SEMIARID REGION: FROM VICTIMS TO AGENTS OF SOLUTIONS OF THE ENVIRONMENTAL AND SOCIAL PROBLEMS

CAMPESINOS Y CAMPESINAS DEL SEMIÁRIDO BRASILEÑO: DESDE VÍCTIMAS À SOLUCIONES DE LOS PROBLEMAS AMBIENTALES Y SOCIALES

Luis Cláudio Monteiro de Mattos¹
luis.mattos@ufrpe.br

Ana Paula Lopes Ferreira²
anapferreira1968@gmail.com

Resumo: O Semiárido Brasileiro é geralmente retratado por seu lado hostil: seca, pobreza e fome, que constroem estereótipos para a sociedade brasileira. No centro deles estão as personagens principais, camponezes e camponesas, que persistem diante das dificuldades e vivem da terra. Além da resistência aos períodos mais críticos de calamidades sociais possuem poder de resiliência para recompor seus meios de vida depois deles. O objetivo desse trabalho foi analisar algumas características do campesinato do semiárido, cuja origem brasileira difere da tradição do campesinato europeu. Através de um estudo teórico comparativo, pôde-se inferir resultados que elucidam elementos obscuros relativos à natureza do campesinato da região semiárida. Isso permitiu compreender melhor as razões de sua histórica presença na região, a despeito das crises ambientais e sociais já vivenciadas no passado. Com efeito, é possível elaborar melhores políticas públicas visando desenvolvimento sustentável e superação de injustiças na região.

Palavras-chave: Campesinato; Região Semiárida; Nordeste; Mulheres; Agroecologia

Abstract: The Brazilian Semiarid region is commonly described by its hostile side: drought, poverty and hunger, which create stereotypes in the Brazilian society. Although, the peasants face these difficulties and keep running their livelihood. The resistance to the most critical drought seasons that create social calamities have been followed by resilience to rebuild their livelihoods after them. The objective of this study was to analyze some characteristics of the semiarid peasantry, whose Brazilian origins differ from the tradition of the peasantry European. Through a comparative theoretical study, it was possible to infer results that elucidate obscure elements related to the nature of the peasantry of the semiarid region. This allowed a better understanding of the reasons for their historical presence in the region,

¹ Engenheiro Agrônomo pela UFRRJ, Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco. <https://orcid.org/0000-0002-6997-604X>

² Engenheira Agrônoma pela UFRRJ. Doutora em Recursos Naturais e Gestão Sustentável pela Universidade de Córdoba, Espanha. Bolsista do Projeto Baraúnas dos Sertão (UFRPE) e assessora técnica do Programa 1 Milhão de Cisternas da Articulação no Semiárido Brasileiro. <https://orcid.org/0000-0002-3000-0541>

despite the environmental and social crises already experienced in the past. In effect, it is possible to develop better public policies aimed at sustainable development and overcoming injustices in the region.

Keywords: Peasantry; Semiarid; Brazil; Women; Drought.

Resumen: La región semiárida brasileña se retrata generalmente por su lado hostil: sequía, pobreza y hambre, que construyen estereotipos para la sociedad brasileña. En el centro de ellos están los protagonistas, campesinos y campesinas, que persisten ante las dificultades y viven de la tierra. Además de resistir a los períodos más críticos de calamidades sociales, tienen el poder de la resiliencia para reconstruir, después de ellos, sus medios de vida. El objetivo de este trabajo fue analizar algunas características del campesinado semiárido, cuyo origen brasileño difiere de la tradición del campesinado europeo. A través de un estudio teórico comparativo, fue posible inferir resultados que dilucidan elementos oscuros relacionados con la naturaleza del campesinado en la región semiárida. Esto nos permitió comprender mejor las razones de su presencia histórica en la región, a pesar de las crisis ambientales y sociales ya vividas en el pasado. De hecho, es posible desarrollar mejores políticas públicas orientadas al desarrollo sostenible y a la superación de las injusticias en la región.

Palabras-clave: Campesino; Región semiárida; Noreste; Mujeres; Agroecología.

INTRODUÇÃO

Na Região Semiárida do Brasil, a seca é um fenômeno climático cíclico que compõe as características ambientais do bioma. Para além da ‘seca’, as questões ambientais na região influem sobre as relações econômicas e sociais e determinam a organização do espaço agrário e da sociedade, desde os hábitos familiares, até a cultura e identidade. Contudo, ainda que haja razões para atribuir às estiagens prolongadas a causa primordial da pobreza e da situação social, elas de fato apenas exacerbam problemas sociais preexistentes. Estiagens são inerentes ao bioma Semiárido, e não podem ser um fato social tal qual descrito por Durkheim (2007). O fato social a elas relacionado é a forma como a sociedade reage principalmente nos períodos mais prolongados. Não se pode remover estiagens do bioma semiárido, mas sim o seu impacto sobre a sociedade. Assim, a ‘seca’ como fato social, como tal está sujeita a regras construídas socialmente, e portanto, podem ser desconstruídas e reordenadas.

Para isso, o conhecimento tradicional sobre as estratégias de enfrentamento das adversidades na região, principalmente nos períodos mais críticos, se torna um importante recurso que permite à população local, majoritariamente camponesa, persistir e manter seus meios de vida. O conhecimento é um recurso capital no contexto do Semiárido, e para comprehendê-lo é preciso refletir sobre as características da organização social camponesa, não apenas no plano de uma classe social monolicamente constituída, mas também, o papel dos seus membros no gerenciamento e manutenção dos estoques garantidores da família.

As mulheres representam pouco mais de 50% da população rural da Região Semiárida (Medeiros; Cavalcante; Marin; Tinôco; Salcedo; Pinto, 2012), e, no entanto, por conta das desigualdades na divisão social do trabalho, as mulheres acabam por preponderar no esforço social de enfrentamento das adversidades, ainda que esse papel seja invisibilizado nas formulações das políticas públicas.

O Semiárido Brasileiro tem mantido uma composição de classe, cuja base social é predominantemente camponesa (Guanziroli; Buainain; Sabbato, 2012). Segundo Bitencourt (2025), “no Semiárido vivem cerca de 1,5 milhão de famílias agricultoras que corresponde à 28,82% de toda a agricultura familiar brasileira”, embora ocupem apenas pequenos nichos em função da elevada concentração de terras. Por sua vez, o acesso à terra na região se confunde com o acesso à água, cujas fontes naturais são escassas. Portanto, a concentração de terras, além gerar pobreza de desigualdades, agrava os impactos das secas. Para ter acesso a água, são estabelecidas relações de subserviência dos moradores para com os proprietários das terras, o que marca divisões de classe e relações sociais (Mota, 2009).

A persistência da agricultura familiar camponesa, em um contexto histórico socialmente excludente e climaticamente hostil, é um forte indicador de resistência e resiliência. Compreender esse fenômeno requer analisar o campesinato da região desde a sua origem até a organização atual de seus agroecossistemas.

Esse artigo apresenta os resultados de uma reflexão teórica sobre algumas das características do campesinato na região semiárida. O estudo teve um caráter metodológico comparativo, e procurou inferir resultados que elucidam elementos obscuros relativos à natureza do campesinato da região, permitindo compreender melhor as razões de sua histórica presença na região, a despeito das crises ambientais e sociais já vivenciadas no passado. Trata-se de uma contribuição para auxiliar o aprimoramento das políticas públicas visando desenvolvimento sustentável e superação de injustiças na região. A primeira parte é dedicada a compreensão das origens do Campesinato do Semiárido. A segunda parte reflete sobre a sua persistência na região, além das relações assimétricas intrínsecas e extrínsecas à família camponesa. Por fim, procura-se ressaltar os elementos principais e suas relações com as políticas públicas.

ORIGEM DO CAMPESINATO NO NORDESTE SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Primeiras controvérsias sobre a origem do campesinato no Brasil

Os estudos sobre o campesinato e agricultura familiar no Brasil se ampliaram na segunda metade do século XX. Movimentos sociais importantes, como as Ligas Camponesas denotavam a sua força no Brasil. Ainda assim, autores importantes como Prado Jr (2004)

formularam teses sobre a inexistência de camponeses no Brasil, na medida em que não correspondiam aos referenciais teóricos, cientificamente descritos por Chayanov, Mendras, Wolf ou Ellis, assemelhando-se mais a uma categoria política e organizativa, mesmo que guardassem algumas de suas características (Sabourin, 2009).

Nos anos 1980 e 1990, com o fim do ciclo militar, eclodem os movimentos de luta pela terra que se apropriam uma vez mais da identidade camponesa como elemento organizativo. Entretanto, nesse período reacendem debates sobre a natureza de classe, com releituras sobre o papel dos camponeses na sociedade, na política (Tchernov, 1989), e suas relações com o mercado. A existência e importância do campesinato, vai além de uma categoria política e artifício organizativo, para assumir a representação de classe social. Isso, ainda foi visto com ceticismo mesmo entre setores da esquerda (Sabourin, 2009, p. 40).

Por um lado, a história do Brasil não possui os mesmos elementos que originaram o campesinato nos moldes da classe homônima europeia, que emergiu da derrocada do sistema feudal (Prado Jr, 2004). Mas, por outro lado, é possível reconstruir uma origem própria, cuja natureza aponta para três principais teorias (Cunha, 2013)³.

A primeira origem, por herança, refere-se aos estímulos do Estado brasileiro para a imigração europeia, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Foram doadas terras pelo Estado Imperial a imigrantes assentados em colônias, principalmente na Região Sul do Brasil. Esse processo se seguiu ao longo da primeira metade do século XX, em resposta às crises econômicas e sociais europeias, agravadas com as guerras mundiais. Uma segunda origem do campesinato é atribuída à implantação de núcleos de povoamento, em geral distantes e interiorizados em fronteiras agrícolas, e frequentemente relacionados à expulsão de povos indígenas. Trata-se de um ordenamento rural que foi comum nas fronteiras da Amazônia legal, que em sua face leste, esteve também presente na porção não semiárida da Região Nordeste, principalmente nos estados do Maranhão e Piauí. Esse ordenamento deu origem ao campesinato de fronteira (Godoi, 1993), pouco influente na formação do campesinato do Semiárido. Outra origem, mais antiga e relevante para a Região Semiárida, foi desenvolvida na relação com as propriedades de zonas agroexportadoras (principalmente de cana-de-açúcar, algodão e café). Ali se formaram arranjos entre proprietários e agricultores ‘moradores’ da propriedade além dos núcleos camponeses nos arredores das propriedades, as chamadas “brechas camponesas” (Cardoso, 2009). Essa última origem foi subdividida por Sabourin (2009) em três subtipos: agricultura indígena,

³ As 3 teses não estão apresentadas cronologicamente como sugeriu a autora, mas sim em ordem crescente de relevância para a região semiárida, facilitando a compreensão do argumento.

agricultura praticada por trabalhadores da agricultura colonial e a agricultura praticada por pequenos colonos livres.

A brecha camponesa e o Nordeste Brasileiro

A brecha camponesa esteve presente desde os primeiros anos da colonização brasileira, considerando a natureza da agricultura praticada por povos indígenas no Brasil pré-colonial (Amaral, 1958; Staden, 1930). Com a introdução da cana de açúcar, no início da segunda metade do século XVI, o trabalho afrodescendente escravizado se expandiu, e com ele a demanda por alimentos. Surgiram então os primeiros escambos entre os núcleos coloniais e as aldeias indígenas para trocar mandioca e milho, *in natura* ou transformados em farinha, por anzóis e ferramentas⁴ (Amaral, 1958). Os trabalhadores africanos escravizados, via-de-regra já conheciam os metais. Dessa interação surgiram novos modos de fazer agricultura. Os afrodescendentes se valiam do conhecimento da agricultura dos índios e passaram a cultivar as culturas locais intensificando-as com auxílio das ferramentas, abrindo a “brecha camponesa da escravidão” (Cardoso, 2009).

Os portugueses que vieram para o Brasil, mesmo aqueles de origem camponesa, pouco se interiorizaram, seja pelas hostilidades do meio tropical, seja desconhecimento da sua agricultura. As circunstâncias locais fizeram do colonizador branco um povo menos agrícola e mais mercantil. Foram as brechas camponesas que fizeram das agriculturas indígena e afrodescendente as principais bases da segurança alimentar na colônia, e esse não foi um processo que se deu sem conflitos e violência.

O ciclo do algodão na constituição do campesinato no Semiárido

A Região Semiárida sempre figurou como economicamente periférica na economia do Brasil, ocupando-se da criação de gado (bovino e caprino) para fornecimento de carne de charque e couro. Esse cenário só mudou com a expansão do cultivo do algodão no século XIX, cultivado em grandes propriedades pecuárias no Semiárido. Seus proprietários, para se inserir no lucrativo negócio do algodão, desenvolviam com moradores e arrendatários de suas terras relações extremamente desiguais e exploratórias para a produção do algodão. A eles cabia o cuidado com a produção e a colheita, da qual apenas tinham direito à metade, ainda que recaíssem integralmente sobre eles o risco de perdas, comuns em anos de estiagem. Alguns deles eram obrigados a vender sua parte da produção aos próprios proprietários das terras em que trabalhavam. O proprietário da terra amenizava suas eventuais perdas com a

⁴ Por vezes também a cachaça era introduzida o que levava a proliferação do vício resultando em ruína dos povos originários.

pecuária, que lhes agregava valor sem uso intensivo de mão-de-obra. Mesmo desiguais, essas relações permitiram criar diversos postos de trabalho, e os trabalhadores se sentiam participantes e, de alguma forma, proprietários da produção (Andrade, 1973).

O algodão e a pecuária não competiam entre si, na medida em que o algodoeiro servia de forragem para o gado, que lhe ‘retribuía’ fertilizando as terras com esterco para o próximo cultivo. Isso permitia aos proprietários aumentarem seus lucros, garantindo pasto em estações secas, ao mesmo tempo que transferiam o risco da atividade agrícola para os “moradores”, sem, no entanto, abrir mão da participação nos lucros da colheita do algodão em anos de boas safras. O sistema de cultivo por vezes envolvia, além do algodão, outros cultivos alimentares, tais como milho e feijão. Nesse sentido, a expansão da cotonicultura abriu uma possibilidade de cultivos alimentares, agindo como brechas camponesas relacionadas ao cultivo do algodão, e isso se disseminou por todo o Semiárido. Esse processo fez com que a região concentrasse a maior quantidade de unidades de produção camponesa do país.

BREVE REVISÃO ACERCA DAS CARACTERÍSTICAS DO CAMPESINATO DO SEMIÁRIDO

O seu papel social, político e econômico da classe camponesa no desenvolvimento do semiárido é complexo no que tange a suas inserções de classe. Se por um lado a propriedade da terra, mesmo que em pequenas extensões, os colocaria em situação análoga à da burguesia rural, por outro, o acesso limitado aos recursos e capital torna os camponeses dependentes de sua própria força de trabalho semelhantes ao proletariado. Esta dualidade, sua principal característica, traz implicações importantes no seu comportamento como classe social. Na emergência deste debate contemporâneo acerca das classes, há espaço para uma retomada de autores que teorizaram sobre a complexidade do campesinato, com críticas aos rótulos simplistas, ora como pequeno-burgueses e ora como expressões residuais de classe em vias de proletarização (Castoriadis, 1985). Esse debate, associado a territorialidade, vida cotidiana, meio ambiente, cultura e etnias, permite recolocar o papel do campesinato no desenvolvimento social contemporâneo, e refletir sobre a sua relação com a Região Semiárida brasileira.

Até os anos 1990, era comum referir-se à classe camponesa na Região Semiárida como ‘pequenos produtores’. O termo era comum mesmo no âmbito do movimento sindical, e se referia a quem explorava pequenas extensões de terra, ora como proprietários, ora como meeiros ou ‘rendeiro’, ou mesmo sem-terra, que se reconheciam como ‘moradores’ por habitarem em terra alheia. Os pequenos produtores podiam exercer atividades como

trabalhadores rurais avulsos e informais, para os próprios donos da terra em que viviam. Há, portanto, diversas tipologias de camponeses, com limites pouco claros entre si, ora trabalhador assalariado, proletarizado, e ora produtor mais capitalizado. O regime de propriedade da terra, e mesmo acesso aos bens de produção representam apenas parte dos determinantes da classe camponesa. Esta abordagem, amparada em Marx (1986), permite compreender como se dá apropriação capitalista dos bens produzidos, que determinam a situação de pobreza e miséria na região. Contudo, essa abordagem não dá conta da complexidade das relações sociais, que geram identidade entre pequenos proprietários e sem-terra em torno da ideia de campesinato. O ser camponês vai além da propriedade de uma porção de terra estendendo-se a outras tipologias. Por sua vez, a delimitação da classe camponesa dependerá do sistema social hierárquico, por vezes definidas por regras tácitas dadas por tradições e costumes (Weber, 2002).

Todos os sujeitos sociais se exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, suas posições na estrutura social, operando sobre valores e ordens culturais (Bourdieu, 2007). Se essa ordem econômica e social for legitimamente constituída e tratada como sistema, acaba tornando-se o objeto de uma apreensão estrutural, que ajudam a compreender o campesinato do Semiárido.

Assim, a delimitação camponesa se assenta também em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes sociais, em especial os detentores do poder político local. Por meio destas relações, pequenos proprietários e moradores sem-terra compartilham uma subalternidade social camponesa diante da classe burguesa dominante (Souza, 2009). As diferenças tipológicas⁵ do campesinato não impedem que elas compartilhem organizações no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, particularmente em localidades do Semiárido brasileiro⁶.

Caracterização da classe camponesa frente aos assalariados rurais

No passado, acreditava-se que a problemática social rural aliada ao avanço do capitalismo no campo levaria inevitavelmente a uma "proletarização" generalizada do campesinato, levando-os a trabalhar como assalariados (Sidersky, 1991; Mansan; Costa; Oliveira; Santana; Mattos, 2024).

⁵ Cabe ressaltar que as tipologias camponesas foram inseridas no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) nos anos 1990. Ao serem criadas políticas públicas específicas, cria-se um estímulo ao sentido de pertença que os próprios agricultores e agricultoras têm em relação a classe camponesa.

⁶ Em regiões com maior expressão da agricultura empresarial, caso da zona da mata e vale do São Francisco, ambos em Pernambuco, há sindicatos de trabalhadores rurais cujo perfil da sua base se assemelha a proletários clássicos.

A história mostrou que isso não ocorreu ainda. Mesmo camponeses e camponesas que trabalham sob condições adversas, como as verificadas na Região Semiárida, é surpreendente a capacidade de seguir sendo camponeses. A observação empírica indica, inclusive que parte dos assalariados rurais buscam também algum pedaço de terra, em uma tendência inversa à da proletarização.

Por outro lado, no Semiárido, o nível de renda e o empobrecimento generalizado em tempos de seca geram uma tal descapitalização do campesinato que os aproxima dos assalariados rurais. Ao menos sazonalmente, a impossibilidade de cultivo faz com que a posse de meios de produção não gere mais autonomia para os camponeses, e ambos são obrigados a vender sua força de trabalho.

Em outro extremo, a classe burguesa é determinada pela fonte de seus ganhos, baseada fundamentalmente na mais-valia do trabalho não remunerado dos outros. Neste sentido, os camponeses, ao viver basicamente da sua própria força de trabalho e deter um mínimo de fatores de produção que lhes garante o sustento jamais tenderiam a ser pequenos capitalistas ou burgueses (Tchernov, 1989). A mais valia predomina na determinação do caráter de classe, e nas condições da Região Semiárida ela se manifesta em diferentes formas de exploração capitalista, diretamente sobre o proletariado rural, no decorrer do processo de produção, ou indiretamente sobre o campesinato, na esfera da circulação das mercadorias, operações de arredamento ou de agiotagem de crédito.

Em geral, os esforços de manutenção e reprodução da vida, drenam de tal maneira a força de trabalho que impede seu investimento na melhoria das suas próprias condições de convivência com o Semiárido. Trata-se de um processo permanente de auto exploração da força de trabalho, e como será visto mais adiante, na superexploração do trabalho da mulher, no interior da família camponesa.

Em tempos de seca, esse processo atinge seu ápice. Na medida em que as estiagens se alongam e se aprofundam, os estoques, pouco a pouco, se exaurem, levando a perdas irreversíveis do tênue capital acumulado (água, alimentos, sementes, animais etc.). As famílias camponesas podem ser levadas a um estado tal de desabastecimento, que as leva a proletarização sazonal. O recrudescimento da seca coloca classes distintas, campesinato e proletário rural, sob uma situação análoga, fazendo com que ajam como tal, e passem a vender a força de trabalho em troca da sobrevivência e se juntem nas mesmas lutas sociais.

Isso demonstra que, apesar da propriedade da terra ser um elemento em comum entre o campesinato e os fazendeiros latifundiários, na Região Semiárida os camponeses, na

maior parte das situações, representam um tipo especial de proletariado cuja maior valia se dá posteriormente e de forma indireta através das forças do mercado.

Racionalidade econômica da unidade camponesa

O campesinato tem como opção trabalhar apenas para si e para o sustento de suas famílias, situação que, como se viu anteriormente, muda com a chegada da seca. Usando uma outra racionalidade, um camponês pode continuar dedicando tempo a um subsistema de produção, mesmo que a sua remuneração por dia trabalhado nessa atividade seja menor do que a obtida em outro subsistema produtivo. Isso é particularmente verdade ao se perceber uma persistência do modo de vida camponês na Região Semiárida. Nesse sentido, é um erro, portanto, acreditar que há somente uma única racionalidade para o ordenamento da unidade camponesa (Sidersky, 1991). Esta racionalidade diferente é decorrência direta da tensão entre a autonomia e a subordinação imposta pelos condicionamentos da sociedade global na qual se inserem.

A relativa autonomia permite que a tensão também se manifeste no interior de cada uma dessas unidades camponesas. Há de fato um comportamento complexo característico da classe camponesa, desde a sua afirmação enquanto classe, até as inter-relações entre as famílias camponesas que determina a ordem social intrínseca a uma dada comunidade (Wolf, 1976). As preocupações que guiam a racionalidade camponesa vão além das preocupações econômicas, resultando de um equilíbrio entre a dedicação às demandas sociais (comunitárias) e à integridade da sua própria família.

Essa racionalidade camponesa está na base do conceito da convivência com o Semiárido, e exige níveis de cooperação em comunidade bem acima dos que se observam em outros biomas. Isso decorre das condições extremas que se impõe aos moradores das suas áreas rurais especialmente em tempos de longas estiagens.

Este ponto de equilíbrio entre o comportamento coletivo e as preocupações individuais com a reprodução da família é determinante nas escolhas racionais do campesinato. No Semiárido, isso implica em fazer decisões, tais como: fazer mobilizações coletivas ou sujeições clientelistas; buscar projetos comunitários em associações ou investir na sua própria unidade de produção; participar na vida política e sindical, ou migrar para regiões industrializadas. Há no seio do campesinato coexistência de comportamentos aparentemente antagônicos, e que resultam em uma característica que é própria da classe camponesa (Chayanov, 1966).

Os sistemas de convivência com o Semiárido só podem ser compreendidos nessa lógica complexa de sistemas econômicos não-capitalistas, e de economia familiar. A

organização da economia familiar é determinada pelo tamanho e composição da família e pela coordenação entre suas exigências de consumo e mão-de-obra para o trabalho. A concepção tradicional de lucro não se aplica a economia familiar, porque não são calculados usando os mesmos referenciais da economia capitalista. Uma das razões é que o trabalho despendido não pode ser expresso em salário pago, mas sim pelo esforço de trabalho de toda a família camponesa, que não é monetizado facilmente. Além disso, parte expressiva da força de trabalho leva a produção direcionada ao próprio sustento da família. No caso do Semiárido, implica também em formar estoques garantidores para situações futuras de desabastecimento, em geral constituídos de água, alimentos, sementes, animais e forragem⁷, prevendo as situações críticas de seca, recorrentes na região.

Na medida em que essas exigências da família não são satisfeitas, parte da mão-de-obra camponesa trabalhará por uma baixa remuneração do trabalho, que poderia ser considerada ‘anti-lucrativa’ em uma economia capitalista. Na medida em que o principal objeto da economia camponesa é a satisfação do nível anual de consumo da família, o fator de maior interesse não é a remuneração pela jornada de trabalho, mas sim a remuneração alcançada pelo trabalho de um ano inteiro, e isso difere a remuneração do trabalho camponês e a remuneração do trabalho assalariado.

A economia familiar, além da autossustentação, pode também se complementar com uma produção “orientada para mercado”⁸. A orientação principal da economia familiar depende dos sistemas econômicos em que os camponeses estejam inseridos, sendo capazes de atuar coletivamente em função das demandas para atingir-se as metas de produção, com aglutinação em associações e cooperativas. É cada vez mais comum observar organizações camponesas atuando coletivamente mesmo nas condições semiáridas. Até mesmo demandas concentradas da indústria tem se valido dessa capacidade de aglutinação camponesa para obtenção de seus produtos básicos e matéria prima. Foi isso que guiou os ciclos de produtos de renda, como ocorreu no passado com o algodão, e tem guiado sua retomada em novas bases agroecológicas (Mattos; Mattos; Blackburn; Santiago; Meneses Neto, 2020)⁹. Na esfera pública das compras governamentais, esse movimento era comum em programas como o PAA e o PNae¹⁰ (Siliprandi; Cintrão, 2011).

⁷ A forragem pode ser armazenada tanto viva (capineiras, campos de palma, etc.) como morta (feno ou silagem).

⁸ O termo “orientada para mercado” resulta da livre interpretação da expressão “commodity economy” utilizada na primeira tradução para língua inglesa do trabalho de Chayanov, em 1966.

⁹ O algodão agroecológico contemporâneo, diferentemente do sistema tradicional comum no passado, não tem como base a variedade “mocó”, arbóreo e permanente, mas sim variedades herbáceas replantadas anualmente.

¹⁰ PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, e PNae – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Quando se analisa a economia capitalista clássica e os seus setores privados, o que se verifica é diferente. O crescimento da demanda faz aumentar a mão-de-obra contratada ou mecanização dos sistemas produtivos. Por isso, ao se relacionar com os camponeses individualmente, as forças de mercado em geral tendem a estabelecer condições mais desvantajosas de negociação para os camponeses, que assim têm o produto do seu esforço expropriado.

O campesinato apresenta grande flexibilidade para adaptar-se a situações diversas e diferentes condições ambientais. Parte disso se deve às suas características de (i) uso de força de trabalho familiar, jornada de trabalho flexível e disponibilidade do trabalho acessório (ii) ajuda mútua, complementaridade e reciprocidade entre os camponeses muitas vezes associada ao (iii) trabalho em parceria; (iv) uso de trabalho assalariado eventual; (v) socialização do camponês; (vi) propriedade da terra, com mais ou menos acesso aos meios de produção, que no Semiárido se referem principalmente a estruturas de armazenamento e distribuição de água. As condições ambientais vão também, portanto, criando elementos de identidade com o próprio território. Somam-se a todas essas, as características de multifuncionalidade da agricultura familiar, que nos últimos anos passou a se integrar em dinamismos econômicos locais e desenvolver atividades não agrícolas, boa parte delas revertendo-se em investimentos na própria agricultura (Mattos, 2017).

Mas, como se verá a seguir, uma das características do campesinato que lhe garante alta capacidade de adaptação não está em uma de suas virtudes, mas sim, na superexploração da mão-de-obra das mulheres camponesas, apoiada na distribuição patriarcal e desigual do trabalho doméstico.

ASSIMETRIAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS DO CAMPESINATO NO SEMIÁRIDO

As características e propriedades típicas da classe camponesa atuam conjuntamente determinando a maneira como se dão as relações com contexto em que se inserem. Em todas as relações, seja no desenvolvimento das estratégicas de convivência com o Semiárido, seja nas relações políticas de busca por respostas concretas para suas reivindicações e demandas há elementos perceptíveis de reciprocidade, ainda que nem sempre ocorrem em condições simétricas (Sabourin, 2009). Se considerarmos a própria unidade familiar camponesa de produção, no seio da economia camponesa, podemos observar tanto assimetrias extrafamiliares, como também intrinsecamente no âmbito da família.

Relações entre camponezes e latifundiários

Como já foi visto anteriormente a propriedade da terra por si só definitiva da classe camponesa. Mas na relação entre o campesinato e os latifundiários, o título da terra diz muito sobre as assimetrias na relação, dando suporte ao regime de exploração da mão-de-obra e expropriação da produção camponesa.

As relações de “meia” eram comuns nos antigos sistemas de produção do algodão no Semiárido, e com frequência associavam-se também ao simples direito de morar, e, portanto, trabalhar, com sua família num pedaço de terra, obrigando o morador a entregar ao proprietário metade de tudo o que produziam. Em muitos casos esta relação se estabelecia não só pela via do regime de propriedade da terra, mas também pela extrema descapitalização dos agricultores. Tendo terra, mas desprovidos dos demais meios básicos de produção (ferramentas, maquinário, sementes etc.), alguns camponeses se viam explorados em relações crescentemente desiguais em função do nível de descapitalização em que se encontravam, que se agravava em tempo de seca prolongada. Nessa relação, as perdas de safra eram convertidas em dívida, criando a dependência que os mantinha vinculados a terra alheia (Andrade, 1973). Por vezes, a perda de sementes emprestadas, decorrente da intensificação da seca, criava um ambiente propício para se estabelecer relações de “meia” no início da quadra chuvosa.

Os contratos estabelecidos entre os grandes proprietários de terra e os produtores não proprietários são geralmente informais, e podem ainda assumir outros formatos além da meia, como rendeiros e comodatários (Almeida; Parisius, 1995).

O rendeiro também não é dono da terra em que mora e trabalha. Mas diferentemente do meeiro, para ter esse direito, ele paga ao proprietário uma certa renda anual, por vezes fixa, e geralmente em dinheiro. O arrendamento, por lei, tem que ser, no mínimo, de três anos (BRASIL, 1966). Mas, na prática a informalidade leva à criação de diferentes tipos de contratos de arrendamento, e que nem sempre levam em consideração os parâmetros definidos em lei.

As relações entre o dono da terra e os moradores podem variar muito, e os valores envolvidos podem ser bastante onerosos. Mas há casos de concessão de uso da terra sem ônus, o comodato, comum entre membros da família ou famílias com algum laço de parentesco, (Almeida; Parisius, 1995).

Há, portanto, na realidade um continuum de relações e situações tendo como referência a autonomia total e a dependência total. Entre elas estariam situadas as demais

relações comodatários, parceiros, meeiros, arrendadores com diferentes graus de autonomia de trabalho (Velho, 2009).

Por vezes, graus elevados de subalternidade e descapitalização, levam a situações conflituosas que impulsionam mobilizações pela reforma agrária ou para ações públicas de resposta às calamidades sociais durante as logas secas (Mattos, 2017).

Relação com o mercado e exploração capitalista

O discurso do desenvolvimento rural capitalista processo de superação do atraso no campo, comumente apresenta o campesinato, como uma classe social perecível, que tende ao seu desaparecimento. Contudo, a prática muitas vezes coloca a superação ou exclusão do campesinato como a condição para o desenvolvimento. Assim, propaga-se a ideia de um processo espontâneo, mas na prática executam-se políticas intencionalmente direcionadas a superação do campesinato.

O campesinato, contudo, tem conseguido estabelecer relações com o mercado capitalista, mesmo interagindo com ele em condições desvantajosas. Assim, o campesinato sem-terra encontra motivos a lutar pela terra, e mais propriamente a os camponeses proprietários de terra lutam para continuar vivendo nela, considerando-a um espaço de produção e, sobretudo, de convivência (Jesus, 2010), e de forma contraditória, o modo de produção capitalista cria as condições para a reprodução do campesinato no campo brasileiro (Oliveira, 2007).

As condições de produção, a sazonalidade, a ausência de processos de beneficiamento, as dificuldades de armazenamento e quase nenhum capital de giro dos camponeses, faz com que relações com o mercado se tornem assimétricas. Assim, a família camponesa passa a comercializar seus produtos por valores que não "remuneram" dignamente o esforço do trabalho. E principalmente durante as crises agudas, os camponeses e camponesas se veem obrigados a negociar seus produtos em condições que lhe promovem a expropriação, quando se materializa a mais-valia.

Na Região Semiárida, a produção do algodão mocó representou, durante mais de um século, o principal cultivo de renda que vinculou o campesinato à agroindústria. Um vínculo de fato distante com uma longa rede de compradores intermediários. Dessa forma, era necessário que o preço pago ao produtor fosse significativamente baixo para que houvesse agregação de valor no caminho da pluma de algodão desde a sua colheita até a indústria, passando por diversas etapas de processamento - prensagem, descaroçamento em algodoeiras, fiação, tecelagem, e confecção – até chegar ao consumidor final.

Este tipo de interação no âmbito do capitalismo transforma o campesinato em uma classe subalterna, sujeitos às intempéries da natureza e leis do mercado.

Dominação política clientelista e o fenômeno do coronelismo moderno

A autonomia camponesa se manifesta na razão inversa das condições em que vive a família camponesa e como lida com os recursos que lhe estão disponíveis. A disponibilidade de mão-de-obra familiar oferece o primeiro elemento que condiciona a autonomia da família camponesa. A maior ou menor dificuldade de produção, seja pelas limitações ambientais, ou acesso a recursos como terra, tecnologia, ou mesmo capital, é outro elemento. Como se viu anteriormente, as condições podem se alterar ao longo dos anos. A necessidade do campesinato se proletarizar em uma época do ano, ou mesmo por anos a fio durante as secas, alimentou o ciclo endêmico de exploração, criando uma condição subalterna, submissa e dependente das elites locais e regionais.

Na tradição das relações de classe no Semiárido, essas condições iniciais se convertem em dívidas que vão muito além da dimensão meramente econômica, e assumindo um jogo de trocas onde se negociam capitais simbólico (Bourdieu, 2007). Esse jogo de trocas sustenta uma estrutura de classes na região, e perpetua o fenômeno do “coronelismo”¹¹, embora com roupagem contemporânea.

Não há como entender a reação das classes exploradas e expropriadas sem entender o poder das classes que se beneficiam desta expropriação. O fenômeno do “coronelismo” não surge unicamente como expressão do processo de acumulação de capital e expropriação da força de trabalho em moldes capitalistas. É preciso compreendê-lo a partir de uma visão weberiana de dominação, em que a classe dominante, ora um burguês, senhor da terra, ou mesmo uma liderança exclusivamente política, se converte por vezes em um representante de caráter místico com respaldo de valores morais ou religiosos. O fenômeno do “coronelismo” na região se manifesta como um misto entre a dominação carismática e a tradicional (Weber, 2002).

O “coronelismo” não é um conceito autoexplicativo, e pode revelar desdobramentos complexos e ramificações que ajudam a conferir estabilidade e resiliência das relações de expropriação ao longo do tempo. Tal qual um fenômeno social, envolve um complexo de características políticas e econômicas, historicamente construídas, e que, tendo origem no processo de colonização do país, persiste nas transições políticas, parcialmente alimentado pela condição de classe dos proletários e camponeses da região. A dominação se

¹¹ Um dos pioneiros na utilização da expressão coronelismo para descrever os sistemas políticos e sociais do Brasil foi Basílio de Magalhães (1946)

vê permeada por questões utilitárias, de vantagens e inconvenientes por parte dos dominados. Além do mais, envolve questões de “costume” e tradições, influenciadas pelo afeto e carisma, que ainda são fortes na região semiárida. Com o tempo se consolida em bases jurídicas, nas quais se funda uma “legitimidade” (Weber, 2002), e se materializada nos processos eleitorais.

O fenômeno do “coronelismo”, analisado em uma perspectiva histórica, traz elementos importantes para a compreensão dos modos de vida contemporâneos na Região Semiárida. Quando o quadro social se agrava em períodos de estiagem prolongada, os homens partiam para fazendas em busca de trabalho, enquanto as mulheres e as crianças ficavam nas pequenas comunidades, plantando nas roças e ao redor das casas. Famílias inteiras, mesmo aquelas que possuíam pequenas extensões de terra, se viam de tal ordem descapitalizadas, que eram obrigadas a trabalhar para qualquer um que lhes desse em troca alimento, e por vezes moradia. A ação pública de assistência não quebrava o ciclo da dependência. Ao contrário, a utilização de redes de clientelismo social as reforçava, com alistamento seletivo de apadrinhados indicados por certos coronéis, em frentes de emergência. O “coronelismo” encontrava na apropriação privada dos bens e recursos públicos, e no usufruto da máquina estatal, uma fonte de privilégios que sustentava essas práticas de poder. Sem a geração de calamidades por ocasiões de seca, podem ser estabelecidas essas mesmas relações clientelistas, porém o custo da transação é mais elevado. A seca, de fato, tornava os preços irrisórios aumentando o alcance na sociedade.

A recorrência das secas e a herança coronelista faziam com que este recurso se tornasse inesgotável, o que passou a ser conhecido como "indústria da seca", com alicerces estabelecidos na forte dependência do campesinato e proletariado rural aos grandes proprietários da terra e oligarquias políticas. Seu produto era a reprodução de mais pobreza, matéria prima fundamental que justificaria a apropriação privada de novos recursos públicos em futuros ciclos, propiciando condições para que novas formas de “coronelismo”, agora “renovadas e modernas”, se tornassem endêmicas na região (Mattos, 2017).

As desigualdades intrínsecas à família camponesa – reposicionando o papel da mulher camponesa

Ainda que a parte mais visível das assimetrias envolvendo o campesinato se deem no plano externo, os estudos feministas têm demonstrado com muita clareza que uma parte importante das desigualdades nas relações sociais do campesinato se dá, pelo patriarcado, no âmbito intrínseco à família camponesa. As relações entre os diferentes membros da família são geralmente assimétricas, desiguais e injustas, e não raro, violentas.

Uma das principais críticas à abordagem ‘chayanovista’ acerca da economia não-capitalista recai sobre o tratamento monolítico dado à família camponesa seja pelo próprio Chayanov, seja por autores que reivindicam o seu legado.

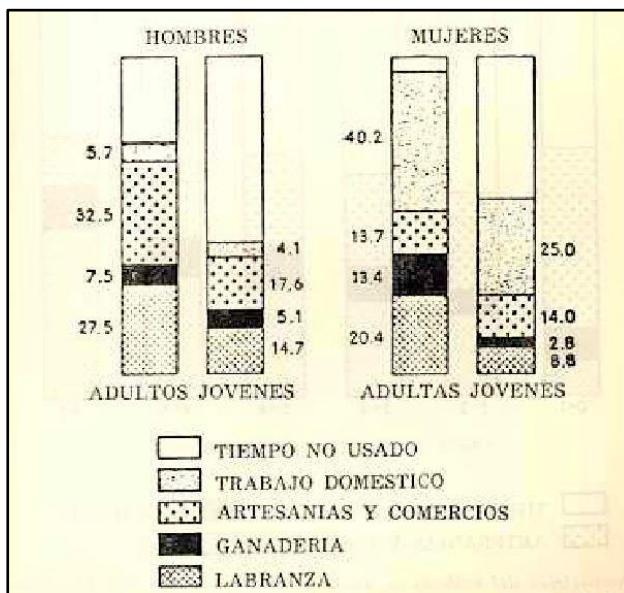
Ao se verificar os pormenores das relações sociais no âmbito da família, percebe-se que tal abordagem: (i) menospreza os efeitos da divisão sexual do trabalho na sobrecarga que recai sobre as mulheres; (ii) desvaloriza o esforço desprendido em atividades consideradas domésticas, reprodutivas ou não-comerciais; (iii) não reconhece o trabalho da mulher em atividades comerciais, não-reprodutivas; e, (iv) não aborda a possibilidade de distribuição entre todos os membros da família do esforço desprendidos em atividades reprodutivas. (Nobre, 1998).

É preciso levar em consideração que este modelo da família idealizada - monolítica e harmônica – muito presente ainda hoje na sociedade, e mesmo entre pesquisadores, ofusca a realidade das relações familiares. No interior da família, todos contribuem para o êxito do empreendimento familiar, mas, não da mesma forma, e nem com os mesmos objetivos e estratégias de ação. Essa família idealizada, ou é uma ficção, ou não existe sem tensões (Siliprandi, 2002). Se há fatores, inclusive laços afetivos, que fazem com que as pessoas colaborem dentro da família, existem por outro lado, fatores que podem levar a um certo tipo de competição entre os membros, influenciada também por relações de poder historicamente construídas. A perpetuação dessa situação se apoia em aspectos materiais, institucionais e, com frequência, sacramentado em leis (Ferreira; Mattos, 2017). Trabalhar a família de forma monolítica, é uma abordagem não emancipatória para as mulheres, sendo necessário compreender que a "família como um todo" não se equivale a "todos os membros da família".

Na prática, a família monolítica serve para ocultar o patriarcado, fundado em relações desiguais de poder, a que as mulheres agricultoras estão sujeitas em suas relações familiares (Ferreira, 2008).

Para fundamentar a crítica, tomemos como exemplo uma das pesquisas do próprio Chayanov focada na diferenciação do tempo de trabalho entre os membros da família, em Vologda, cidade da Rússia. Um olhar acurado sobre os dados colhidos pelo autor atesta as ideias acima mencionadas (**Figura 1**). Percebe-se que o tempo de trabalho global das mulheres adultas (87,7%) é bem acima do tempo dos homens adultos (66,2%). Além disso somando-se o tempo dedicado aos criatórios e cultivos mulheres e homens têm dedicações praticamente equivalentes, respectivamente 33,8% e 35,0%.

Figura 1 - Resultados da pesquisa de Chayanov sobre a distribuição do tempo dedicado por cada um dos membros da família nas diferentes atividades (*imagem original registrada na versão em espanhol da publicação de Chayanov, La organización de la unidad económica campesina*).



Fonte: (Chayanov, 1974)

A questão central é a diversidade de atividades contidas no que tradicionalmente se considerou chamar de trabalho doméstico em ambiente rural, atribuídos exclusivamente as mulheres. De fato, a abordagem histórica sobre o campesinato considerou diversas atividades desempenhadas pelas mulheres como trabalho unicamente doméstico, quando, no entanto, tratava-se de atividades também produtivas. A introdução da noção capitalista de atribuir o aspecto produtivo apenas às atividades potencialmente geradoras de renda direta, leva a excluir um sem-número de atividades geradoras de renda indireta ou que tem seus produtos destinadas ao autoconsumo (Di Sabbato; Melo; Lombardi; Faria; Butto, 2009). Não é fácil avaliar o tempo gasto com as tarefas domésticas dado que as mulheres realizam várias atividades ao mesmo tempo, cujos limites entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo se tornam pouco nítidos (Faria, 2009).

Na Região Semiárida, o âmbito doméstico é repleto de atividades cruciais para a sustentabilidade produtiva. Além disso, sistemas de quintais nos entornos dos domicílios geram produtos que, para além do autoconsumo, tem tido crescente destinação ao mercado. Assim, é possível afirmar que o trabalho das mulheres possibilita maior estabilidade econômica da unidade familiar, notadamente em tempos de secas prolongadas. As mulheres

desempenham, portanto, atividades de forma versátil e flexível capazes de enfrentar as adversidades e excepcionalidade do contexto instaurado nos períodos de calamidade (Ferreira, 2008).

Além do mais, é preciso considerar a interdependência entre as diferentes atividades na unidade de produção. Ao tratar do âmbito doméstico como um trabalho “menos duro” (Chayanov, 1974, p. 210), demonstrou um menosprezo pela atividade. De fato, tais atividades não somente são penosas, como também são vitais para o pleno funcionamento das demais atividades da unidade familiar de produção, e considerar a agregação de valor apenas na conversão final dos capitais em ativos financeiros não traduz a complexidade da lógica camponesa (Ferreira, 2017).

Somente após o aprofundamento dessa análise crítica é que se torna possível compreender como o campesinato conseguiu reunir características que lhe proporcionaram a capacidade de resistir e reproduzir-se em meio ao ambiente hostil provocado pelas secas de longa duração na Região Semiárida. O alicerce fundamental da sustentabilidade e da reprodução do núcleo familiar camponês está baseado em sistemas alimentares domiciliares, diversificados, que requerem uso intensivo de mão-de-obra. Tais sistemas integram diferentes nichos de produção no entorno dos domicílios, que mantêm relações de interdependência através de fluxos de biomassa, nutrientes, água e outras propriedades agro-ecossistêmicas. Essas interrelações são muitas vezes mediadas por sistemas de criação animal presentes nesses mesmos espaços ‘peridomésticos’. Há uma profunda interação entre esses diferentes nichos, e, portanto, sistemas de cultivo e criação de animais com a unidade domiciliar, e a sustentabilidade da família camponesa. A proximidade física desses espaços produtivos aos domicílios, e sua interligação aos processos de manutenção do núcleo familiar, fez com que eles fossem utilizados pelo patriarcado para reforçar o papel social atribuído às mulheres, na tradição da divisão sexual do trabalho.

É um equívoco classificar o trabalho relacionado a esses sistemas como doméstico mesmo que seus produtos não estejam sendo destinados ao mercado. Essa classificação lhe destitui o caráter produtivo, que é a sua essência, e, mesmo do ponto de vista da agregação de valor dos seus produtos, eles têm enorme importância na geração de renda indireta pelo autoconsumo.

Contudo, os produtos extraídos dos sistemas ‘peridomésticos’ têm tido destinação crescente ao mercado, compondo de forma significativa a renda direta das unidades familiares (Leal; Filipak; Duval; Ferraz; Ferrante, 2020; Menezes; Almeida, 2013).

Sendo assim trabalho produtivo, e atribuído exclusivamente às mulheres, acabam por representar uma dupla ou tripla jornada de trabalho feminino. Ele se torna cumulativo aos trabalhos tipicamente reprodutivos, além de atividades complementares exercidas pelas mulheres (Moura; Moreno, 2013; Salvaro, 2003). Soma-se a isso a participação das mulheres em trabalhos produtivos também despenhado por homens, seja na própria agricultura, seja na manufatura doméstica, o que desmistifica o discurso do “trabalho pesado” mais apropriado aos homens, agravando a desigualdade da divisão sexual do trabalho. De fato, não há ‘divisão’ de trabalho, mas superexploração da força de trabalho feminina (Silva, 2013).

Em qualquer região, pesa sobre a mulher camponesa a maior parte do custo de vida camponês. Mas na Região Semiárida, essa situação tende a se agravar em situações de estiagem, tornando-se tão mais grave quanto mais prolongada ela for.

CAMPESINATO E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Resistência, resiliência e convivência com o Semiárido

A convivência com o Semiárido requer o acesso a recursos naturais, notadamente a terra e água, e a eventual possibilidade de intervir sobre eles, para, por um lado ampliar os estoques visando períodos de escassez, e por outro ampliar a sua capacidade e reduzir o esforço para sua utilização.

O acesso à terra e aos meios de produção, além da dinâmica em que eles ocorrem são pontos centrais a serem considerados no estudo das tensões que perpassam a questão da economia camponesa (Sidersky, 1991). Assim como já foi referido anteriormente, o camponês pode renunciar ao lucro do seu capital e à renda de sua terra, se contentando com apenas uma parte do que seria o seu salário (Marx, 1986). Este comportamento se assenta na base da sustentação da própria família, visto que a unidade camponesa se vale da utilização de "trabalho marginal", aquele que não tem aproveitamento na economia capitalista formal, e no sobre-trabalho, notadamente da mulher camponesa na família. Por isso, a perspectiva camponesa da produção incorpora preocupações com o consumo atual e futuro de toda a família, que se remete ao processo de reprodução familiar.

Isso extrapola as questões meramente econômicas e remetendo a gerações futuras, segurança alimentar e, no plano ambiental, à sustentabilidade dos meios de vida da família. Essas noções são a estão no centro da concepção da convivência com o Semiárido, na medida em que associa a resistência aos estresses provocados pelas longas estiagens, com formação de estoques de toda ordem. Além disso, procuram manter a capacidade de recuperação das atividades econômicas (resiliência), de tal maneira a poder inclusive exportar excedentes para a sociedade e para o mercado.

Determinantes externos à unidade familiar de produção podem influir sobre a expansão e constrição da economia familiar. Um deles refere-se às necessidades de consumo na sociedade atual, em constante expansão (Sidersky, 1991). Outro se alinha à decisão sobre os próprios riscos a que estão sujeitas as atividades da economia familiar, sua reprodução ou expansão. Isto implica em um uso ponderado dos recursos, principalmente terra e água, e dos estoques que garantem o sustento da família, resultando na ideia de segurança.

Há uma crescente preocupação na sociedade com a ideia de segurança, inclusive alimentar. Com isso, a unidade camponesa mantém-se conectada à economia geral da sociedade, fortemente dependente delas para obtenção dos seus alimentos básicos. Esse sempre foi o fundamento central usado nos clássicos do campesinato, como Wolf (1976) e Chayanov (1974), para explicar a persistência da unidade camponesa e da economia familiar no âmbito da economia global capitalista. Mas, na região semiárido brasileira esse argumento não bastaria, na medida em que a preocupação sobre a própria segurança alimentar é central para a própria existência do campesinato.

A explicação da persistência do campesinato nas condições semiáridas pode estar no fato de que somente em um ordenamento camponês é possível estabelecer graus de resistência e resiliência para enfrentar as condições de estresse causados pelo bioma. Isso explica a manutenção do tecido social camponês mesmo após longos anos de crises ambientais, sociais e econômicas ocasionadas pela seca na Região Semiárida (Mattos, 2017).

Mas não é o estresse ambiental do bioma que lhes fragiliza ou ameaça, e sim as pressões da economia da expropriação da produção e a brutal exploração da força de trabalho em momentos de calamidade, transformando uma estiagem (fenômeno climático) em seca (fenômeno social) fragilizando unidade familiar, podendo levar, como em situação extremas do passado, ao seu desaparecimento pela migração de levas de retirantes famélicos.

A incorporação das unidades camponesas às dinâmicas do mercado pode conferir alguma oportunidade de expansão da produção, desde que as condições de negociação entre a economia familiar e o mercado sejam mais favoráveis e menos submissas. Para isso é fundamental o aumento de escala da produção pela associação de unidades camponesas em processos organizativos, com busca de soluções conjuntas aos diferentes problemas, através de técnicas para convivência com o semiárido e sua integração em políticas públicas.

Essas técnicas levaram ao aprimoramento de condições da produção pelo reforço na infraestrutura de captação e armazenamento de água, com melhores condições de acesso, pela sua descentralização. Os investimentos na economia familiar permitiram ao campesinato atingir melhor produtividade do trabalho e melhores recompensas para o esforço da família,

reduzindo significativamente o trabalho da mulher rural. Além disso, isto permite um melhor aproveitamento da força de trabalho, ao ponto de dispensar a mão-de-obra periférica, melhorando a qualidade de vida da família.

O acesso aos recursos naturais, principalmente água, está, contudo, ainda intrinsecamente relacionado ao acesso à terra. A reforma agrária segue sendo assim um elemento fundamental para desobstrução da economia familiar também no Semiárido brasileiro, gerando maior capacidades de produção, constituição de estoques (resistência) e capacidades para recomposição dos sistemas produtivos após as crises (resiliência). Essa é a base do conceito de Convivência com o Semiárido, que visa substituir o antigo paradigma do Combate à Seca (Mattos, 2017).

Principais componentes da estratégia de convivência com o Semiárido

A sustentabilidade da vida camponesa no Semiárido brasileiro está prioritariamente relacionada aos sistemas de manutenção da vida cotidiana e domiciliar. Por isso, os sistemas de produção agrícola e pecuária na unidade camponesa sempre se voltam em primeira instância para o abastecimento doméstico, ainda que possuam por vezes produtos destinados prioritariamente ao mercado. Outra propriedade da unidade camponesa é a interconexão existente entre os diferentes sistemas produtivos e de estocagem, amparados e complementados por atividades não-agrícolas cada vez mais presentes no cotidiano das famílias camponesas. Dessa forma, aumenta-se substancialmente a capacidade de convivência com o Semiárido, reduzindo os riscos de desabastecimento nos períodos mais críticos da estiagem. Ganham importância os sistemas peridomésticos, sob responsabilidade principal das mulheres camponesas, e onde se situam as principais estruturas descentralizadas de captação e armazenamento de água, além dos sistemas agroecológicos de produção vegetal e animal, ora destinados ao autoconsumo ora destinados ao mercado. Entre os vegetais destacam-se as hortas e frutas, e entre os animais as galinhas (ovos), frangos de corte e suínos.

Os quintais produtivos por vezes ocupam superfícies tão pequenas na propriedade que se tornam quase imperceptíveis a um olhar desatento. A invisibilidade destes sistemas está igualmente associada a uma desvalorização histórica do trabalho da mulher na economia familiar (Ferreira, 2008). Mesmo diminutos em superfície, são esses sistemas que garantem a estabilidade do núcleo familiar e se interconectam com as estruturas de captação e armazenamento de água da chuva. Além disso garantem ingressos financeiros e, por isso, contribuem para a economia da unidade de produção familiar com valores não raro superiores àqueles obtidos nos sistemas de cultivos “carro-chefe” (Mattos, 2017).

Associados a eles estão os criatórios de pequenos animais como as galinhas, porcos, melíponas e tanques de peixes. A despeito de sua enorme importância na segurança alimentar e nutricional da família, esses criatórios são frequentemente esquecidos na composição da renda da família, provavelmente por se destinarem fortemente ao autoconsumo. Recentemente, entretanto, este panorama tem se alterado, com a crescente inserção da agricultura familiar em circuitos curtos de comercialização obtendo elevado valor de mercado (Jalfim, 2012). Do ponto de vista nutricional, esses criatórios fornecem uma base proteica mais frequente na dieta das famílias, com carne de aves, ovos, e peixes, com liquidez praticamente diária, sendo cruciais na estratégia de segurança alimentar e nutricional das famílias rurais. A percepção do valor da criação de galinhas pela família camponesa pode ser diferente para cada membro da família. As mulheres, mais que os homens, tendem a ressaltar a importância desses criatórios, que são um importante fator de empoderamento econômico feminino na unidade familiar.

Nos espaços de cultivo peridoméstico é frequente a presença de plantas frutíferas. Com exceção de algumas plantas adaptadas, como o umbuzeiro (*Spondias tuberosa* L.), a maior parte das frutíferas só podem se estabelecer nas condições semiáridas com algum tipo de suporte hídrico, seja oriundo de sistemas de captação, armazenamento de água da chuva ou pelo uso residual de águas servidas.

Contudo, não há como abordar a evolução das tecnologias para a convivência com o Semiárido nas unidades camponesas sem levar em consideração o papel central que a água tem para a sustentabilidade dos sistemas acima descritos. E cabe destacar que o conjunto de demandas por água da unidade camponesa extrapola e muito a questão produtiva.

A abordagem da convivência com o semiárido leva em consideração as diferenças de qualidade e volumes requeridos em cada tipo de demanda, e assim, busca alternativas diferenciadas para cada tipo de demanda (Mattos; Trier, 1994). O consumo humano é diário, mas é comparativamente a demanda de menor volume da propriedade, sendo, contudo, a de mais alta exigência em termos de qualidade. Requer águas livres de contaminantes microbiológicos, livres de sais e livres de partículas em suspensão e matéria orgânica. Já o consumo doméstico refere-se a demandas de água para o uso geral da família incluindo higiene pessoal, higiene da casa etc. Nestes casos, as exigências em volume são superiores ao que se requer para beber e cozinhar, mas menos exigentes em qualidade. Dependendo do tipo de utilização, poderá haver demandas com frequência diária, o que exige proximidade entre os reservatórios e a casa. Por estarem relacionadas à construção social do espaço destinados as mulheres, tanto a água de beber como os consumos domésticos tornaram-se

uma obrigação penosa para a mulher dentro da unidade camponesa. Se não houver disponibilidade local, ou reservatórios próximos da casa, a busca por cacimbas e poços de qualidade faz crescer o tempo de deslocamento até as fontes, cada vez mais distantes, que obrigando a grandes caminhadas diárias com pesadas latas de 20 kg trazidas na cabeça, ou o transporte de trochas de roupa levadas secas até uma fonte, e trazidas úmidas ou molhadas, muito mais pesadas. Felizmente, este panorama tem mudado nos últimos tempos com investimentos realizados para captação de água da chuva e armazenamento próximo às casas (ASA, 2015). Para tanto, associam-se as demandas aos tipos de sistemas de captação e armazenamento de água em que se classificam as primeiras águas, segundas águas, e assim por diante, segundo sua urgência do abastecimento e qualidades requeridas (ASA BRASIL, 2019).

Das obras de descentralização das ofertas de água, as cisternas para captação de água das chuvas, sejam acopladas aos telhados sejam as com sistemas calçadão são as mais visíveis e difundidas em todo o nordeste Semiárido. As cisternas estão bastante associadas a águas de melhor qualidade e proximidade da casa, e são responsáveis por armazenar a maior parte das demandas familiares e dos sistemas de abastecimento da família. Sua implantação representou um grande impacto positivo na qualidade de vida das mulheres rurais, aliviando o esforço diário da coleta de água, e estão no centro da convivência com o Semiárido, e da manutenção da vida camponesa (ASA, 2015).

Um aspecto adicional que contribui para a estabilidade da unidade camponesa no Semiárido é a multifuncionalidade da unidade familiar de produção. As atividades não diretamente relacionadas à produção rural desempenham um papel importante na composição da renda, mesmo estando as propriedades situadas em localidades essencialmente rurais. Por vezes, o exercício dessas atividades se inicia localmente com a venda da produção agrícola e pecuária, ou mesmo a troca de produtos. O próximo estágio é o comércio de produtos agrícolas com maior capacidade de agregação de valor. Não são raros os casos em que, a partir do contato direto com o comércio, e venda direta em feiras, alguns agricultores e agricultoras, se veem estimulados ao desempenho de outras atividades de serviços. Em muitos casos, as atividades não-agrícolas, com o tempo, e a depender da conjuntura, superam as agrícolas em termos de geração de renda e ingressos para a família.

Construção e transmissão de conhecimento tradicional e busca pela sustentabilidade

Os camponeses e camponesas constroem conhecimento ao mesmo tempo em que estabelecem vínculos de identidade transmitidos historicamente de geração em geração. Esse processo no Brasil, e particularmente nas condições do Nordeste semiárido, só em raras

oportunidades teve apoio do Estado. Ao contrário, as etnicidades profundas da sociedade são negadas ao passo os marcos legais constroem imaginários que as negam (Sevilla-Gusmán; Molina, 2005).

Uma vez mais, recai sobre a mulher camponesa o protagonismo de gerar, transmitir, intercambiar e formar futuras gerações de camponeses e camponesas para a sustentabilidade. Isso se deve ao papel a elas reservado de cuidados, de guardiãs da segurança alimentar e regulação de estoques mantenedores da família e dos seus animais.

Os espaços peridomésticos onde se estabelecem os sistemas produtivos de domínio das mulheres são também os que reúnem as condições para que, através da vivência e da prática, as futuras gerações do campesinato possam se formar.

Essa dedicação ao trabalho de cuidados, e de tutela sobre as futuras gerações está em profunda relação com seu papel de curadoras do patrimônio genético. Nesse sentido, todos os atributos do campesinato geradores de externalidades para a sociedade, na unidade familiar camponesa é fundamentalmente uma atribuição feminina, que paradoxalmente é de reconhecida importância, mas permanecem invisibilizados.

Campesinato catingueiro como “campesíndios” brasileiros

O campesinato do Semiárido possui, portanto, uma característica histórica que lhe é particular, ao mesmo tempo sua expressão e essência manifesta as propriedades verificadas em outras regiões do Brasil e mesmo no mundo.

Acompanhando as novas reflexões sobre o conceito de campesinato, percebe-se que há entre diversos sociólogos e sociólogas uma tentativa de abranger a novas feições de classe surgidas em contextos diferentes daqueles descritos por Chayanov, a partir da experiência europeia. As diferentes concepções acerca do conceito de campesinato buscam tão somente alinhar as observações sobre o comportamento de classe da população do Semiárido, situando-a como participante de um movimento global e, portanto, filiada a uma grande parcela da população que sempre esteve à margem da economia formal, mesmo sofrendo seus efeitos.

Essa abordagem levou Armando Bartra Vergés a desenvolver o conceito de “campesíndio”, visando descrever um campesinato típico da América Latina. Para o autor, trata-se de uma categoria social que mescla características camponesas com a perspectiva de etnias e povos tracionais autóctones (Verges, 2015). Do ponto de vista econômico, este segmento da sociedade se apresenta ainda mais complexo em sua pluriatividade, e multifuncionalidade. Ademais, não se explica simplesmente pela sua relação com a economia formal, e suas distinções com a burguesia ou o proletariado. A feição da classe dos

campesíndios se define também por aspectos não econômicos, relacionados a cultura e conhecimento ancestral.

Quando se analisa a fundo o campesinato do Semiárido, percebe-se que este conhecimento ancestral foi determinante para se atravessar os momentos de crise, inclusive a fome, se valendo de recursos da vegetação natural, a Caatinga. Plantas nativas como macambira, maniçoba, umbu, melão caxi, entre muitas outras espécies, são utilizadas em preparo de refeições e como reforço para alimentos, além de pasto natural aos ruminantes. Até mesmo o mandacaru com espinhos, em tempos de crise, passa a ser uma oferta importante de alimento para os animais (Araújo Filho, 2013).

Estas são amostras de um imenso conhecimento ancestral, repassado dos povos tradicionais à atual população local. Elementos assim permitiriam atribuir a esta população semiárida uma categoria especial de camponês, o Camponês Caatingueiro (Dourado, 2012). A manifestação cultural e a identidade sertaneja complementam esta delimitação de classe. Este povo agora delimitado e situado em uma classe foi determinante para as transformações que a região viveu nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os fatores que, do ponto de vista histórico, foram responsáveis pela persistência de uma classe camponesa nas condições semiáridas. Mas é correto afirmar que, também na região semiárida o campesinato mantém interconexões com o conjunto da sociedade, e se relacionam com mercados da economia formal.

Os elementos discutidos até agora procuraram estabelecer um mapa suficientemente amplo da realidade local do Semiárido. Os sistemas e atividades presentes no cotidiano de uma família rural no semiárido, notadamente relacionados ao papel da mulher camponesa, têm relação com a resistência e resiliência para conviver e superar situações de crise.

Nesse sentido, a despeito de serem as vítimas de relações sociais e econômicas injustas, e de estarem politicamente à margem das decisões sobre o seu próprio desenvolvimento, o conhecimento camponês pode apontar caminhos para a sustentabilidade e a superação das crises e calamidades observadas ciclicamente na região.

Para tanto deve-se ter em conta que as mulheres são as principais responsáveis pelos sistemas relacionados à segurança alimentar e convivência com o semiárido. Assim, quanto mais equilibrada forem as relações de trabalho entre os membros da família, com destaque para a supressão da divisão sexual do trabalho, melhor será a produtividade e eficiência na luta pela segurança. Além disso, menor será o esforço para o enfrentamento das condições

adversas. Por outro lado, a emancipação das mulheres pode representar importantes ingressos para a economia doméstica (Siliprandi; Cintrão, 2011), tanto pela via das políticas e programas de segurança, como pelo potencial de desenvolvimento de atividades não-agrícolas por mais membros da família.

Agregar valor aos produtos oriundos da propriedade camponesa é uma de valorizar o trabalho e esforço dos seus membros, que terá reflexos nas capacidades de reinvestimento na estrutura da unidade de produção. Os camponeses que desenvolvem atividades de agregação de valor, especialmente voltadas para o mercado, tendem a gerir melhor seus sistemas em tempos de crise provocadas pelas secas.

Por outro lado, quanto mais amplas e diversas forem as atividades e sistemas dominados e geridos pela família, maior será a resiliência em tempos de crise como os períodos de seca. Tal diversificação é consistente com a teoria de agroecossistemas sustentáveis enunciada Conway (1987). Essa diversificação de incrementos de renda deve ter como meta estender aos camponeses e campões o acesso aos programas de segurança social e políticas públicas permanentes de renda mínima.

Mas não se pode renunciar a uma contínua ampliação de todos os tipos de estoques de água, sementes e animais, ante a incertezas climáticas, cada vez mais incertas em tempos de aquecimento global.

Os caminhos para o desenvolvimento devem levar em conta as próprias relações sociais como recurso. Isso inclui a interatividade comunitária e relações sociais de proximidade, que otimiza o uso da mão-de-obra, e oferece canal de informação troca de experiência exitosas e sinergias para busca de soluções coletivas e individuais. A interatividade e mobilização social corresponde a um tipo de capital social inesgotável, que quanto mais se consome mais é produzido.

Se essas diferentes propriedades e características do campesinato permitiram sua persistência na estrutura agrária da região semiárida, não há como imaginar caminhos a trilhar no desenvolvimento da região que lhes possa excluir do processo. Ao contrário, as lições apreendidas e o conhecimento gerado ao longo de gerações representam soluções para diversos problemas socioambiental que atravessamos na contemporaneidade.

Tais soluções devem estar embasadas em formas mais ecológicas de manejar os recursos naturais, e na superação de injustiças sociais, inclusive as que ainda persistem no seio da unidade familiar camponesa em relação a superexploração da mulher.

A formulação de políticas que trazem a agroecologia em sua centralidade, devem estar sempre emergir de referenciais camponeses e sua busca por uma soberania alimentar.

Nesse sentido, é preciso que o financiamento da produção leve em consideração não só o produto, mas a complexidade da lógica camponesa. Caso isso não ocorra estará em jogo a continuidade da produção camponesa e a segurança alimentar de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Vanete; PARISIUS, Cornelia. **Ser mulher num mundo de homens**. 1^a. ed. Serra Talhada: Sactes/DED, 1995. 217 p. Vanete Almeida entrevistada por Cornelia Paisius.
- AMARAL, Luis. **Historia Geral da Agricultura Brasileira**: no triplice aspecto Político-Social-Econômico. 2^a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. I, 1958.
- ANDRADE, Manoel Correa de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3^a. ed. Brasília: Brasiliense, 1973. 251 p. ISBN 1000242046858.
- ARAÚJO FILHO, João Ambrósio de. **Manejo pastoril sustentável da caatinga**. Recife: Projeto Dom Helder Camara, 2013. 200 p. ISBN 978-85-64154-04-9.
- ASA. Site oficial da ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2015. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em: 17 julho 2015.
- ASA BRASIL. **Propostas da sociedade civil para a garantia do acesso à água às populações rurais do Semiárido**. ASA. Recife, p. 23. 2019. (disponível em: <https://www.asabrasil.org.br>).
- BITENCOURT, Silmara Oliveira Moreira. Movimentos socioterritoriais/socioespaciais no semiárido: a experiência do território Sertão do São Francisco, Bahia, Brasil. **Mirada Antropológica**, v. 20, n. 28, p. 70-89, 2025. ISSN 2954-4297.
- BOURDIEU, Pierre. Condição de Classe e Posição. In: BOURDIEU, Pierre **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6^a. ed. São paulo: Perspectiva, 2007. Cap. 1, p. 3-25:361.
- BRASIL. **DECRETO No 59.566**. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasilia. 1966. - Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.
- CARDOSO, Ciro Flamaron S. A Brecha Camponesa no Sistema Escravista. In: WELCH, CLIFFORD ANDREW , et al. **Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP, v. 1, 2009. Cap. 5, p. 97-115:336. ISBN 978-85-7139-954-9.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHAYANOV, Alexander. On the Theory of Non-Capitalist Economic Systems. In: CHAYANOV, Alexander **The Theory of Peasant Economy**. Homewood, Illinois: THE AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION, 1966. Cap. 1, p. 1-28.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina.** Tradução de Rosa Maria Russovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. (Trabalho original realizado no âmbito do Instituto de Investigação Científica de Economia Agrária de Moscou, em 1925).

CONWAY, Gordon R. The Properties of Agroecosystems. **Agricultural Systems**, London, v. 24, n. 2, p. 95-117, 1987. ISSN 0308-521X.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Gameleira, sertão Norte de Minas Gerais: um olhar feminino sobre o feminino camponês.** Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlandia, p. 314. 2013. Tese de Doutorado.

DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu; BUTTO, Andrea. **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasilia: NEAD/MDA, 2009. 169 p.

DOURADO, José Aparecido Lima. Camponês caatingueiro: reflexões sobre o campesinato no Semi-Árido brasileiro. **GeoTextos**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 97-119, julho 2012. ISSN 1984-5537.

DURKHEIM, Emile. O que é um fato social? In: DURKHEIM, Emile **As regras do método sociológico.** 3^a. ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 2007. Cap. 1, p. 1-14:165.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABBATO, Alberto, et al. **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasilia: NEAD/MDA, 2009. p. 11-30.

FERREIRA, Ana Paula. **Sobre a influencia do patriarcado na abordagem da familia camponesa.** Entrevista concedida a: MATTOS, Luis Cláudio; Recife. Junho de 2017.

FERREIRA, Ana Paula Lopes. **La importancia de la perspectiva feminista en el empoderamiento de las mujeres campesinas.** Universidad de Córdoba e Universidad Internacional de Andalucía. Cordoba. 2008. Master en Agroecología sob la dirección de Emma Siliprandi e Angel Calle.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, Abril/Junho 2017. ISSN 2317-6660.

GODOI, Emilia Pietrafesa. **O trabalho da memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí.** Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, p. 208. 1993. Dissertação de Mestrado.

GUANZIROLI, Carlos Henrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; SABBATO, Alberto Di. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370 , abr/jun 2012.

JALFIM, Felipe Tenorio. **Propuesta teórico-metodológica para el estudio de la cria de gallina de corral en Brasil.** Universidad de Córdoba y Universidad Internacional de

Andalucía. Baeza, p. 66. 2012. (978-84-7993-996-0). Tesis entregada como parte de los requerimientos para la obtención del título de Maestro en Agroecología en 2007.

JESUS, Alex Dias de. **Reprodução Camponesa no Semiárido Brasileiro**. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG2010) - Crise, praxis e autonomia: espaços de resistência e esperança. Porto Alegre: AGB. 2010. p. 1-9.

LEAL, Larissa Sapiensa Galvão; FILIPAK, Alexandra; DUVAL, Henrique Carmona; FERRAZ, José Maria Gusman; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 7, p. 31-54, jan./jun 2020. ISSN 2358-1840.

MAGALHÃES, Basílio de. Algumas notas sobre o municipalismo brasileiro (Carta-aberta ao dr. Victor Nunes Leal. O Estado de São Paulo. 25 de agosto de 1946. **O Estado de São Paulo. 25 de agosto de 1946**, p. 4, 1946.

MANSAN, Paulo Rogério Adamatti; COSTA, Caetano De' Carli Viana; OLIVEIRA, André Luiz Soares de; SANTANA, José Ubiratan Rezende; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de. Campesinato brasileiro: resistência e perspectivas na atualidade. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 1, p. 5873 a 5886, 2024. ISSN 5873-5886.

MARX, Karl. A parceria e a propriedade camponesa parcelária. In: MARX, Karl **O Capital, Livro III Tomo 2 - O Progresso Global da Produção Capitalista**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2^a. ed. São Paulo: Nova Cultural, v. 2, 1986. Cap. XLVII - Genese da renda fundiária, p. 259-266:333. (apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer).

MATTOS, Luis Cláudio. **Um tempo entre secas: Superação de calamidades sociais provocadas pela seca através das ações em defesa da convivência com o semiárido**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Curso de Pós-graduação em desenvolvimento agricultura e sociedade (UFRRJ/CPDA). Rio de Janeiro, p. 265. 2017. Tese de doutorado (disponível em <http://r1.ufrrj.br/cpda/>).

MATTOS, Luis Cláudio; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; BLACKBURN, Ricardo; SANTIAGO, Fábio dos Santos; MENESES NETO, Jayme Bezerra de. A saga do algodão no semiárido nordestino: histórico, declínio e as perspectivas de base agroecológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, n. Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 556-580, dez 2020. ISSN 2176-9109.

MATTOS, Luis Cláudio; TRIER, Rémi. **Diagnóstico Rápido e Participativo dos Recursos Hídricos em São Felipe, Tauá/CE**. AS-PTA. Recife, p. 56. 1994.

MEDEIROS, Salomão de Sousa; CAVALCANTE, Arnóbio de Mendonça Barreto; MARIN, Aldrin Martin Perez; TINÔCO, Leonardo Bezerra de Melo; SALCEDO, Ignacio Hernan; PINTO, Tiago Ferreira. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. 1^a. ed. Campina Grande: INSA, v. I, 2012.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS,

L. Servolo de **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 129-146. ISBN 978-85-63749-07-9.

MOTA, Maria Sarita Cristina. **Nas Terras de Guaratiba - uma aproximação histórico-jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI – XIX**. CPDA/ICHS/UFRRJ. Seropédica, p. 334. 2009. (333.33098153).

MOURA, Maria da Conceição Dantas; MORENO, Renata Faleiros Camargo. A interdependência das esferas da reprodução e produção na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais no Sertão do Apodi. **Revista Mediações**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 28-45, Jul/Dez 2013. ISSN 10.5433/2176-6665. DOSSIÊ – MÉTODOS E FONTES DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS.

NOBRE, Mirian. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In: NOBRE, Miriam, et al. **Gênero e Agricultura Familiar (Cadernos Sempreviva - Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania)**. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, v. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007. 184 p.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26ª. ed. Brasilia: Editora Brasiliense, 2004. 280 p. (edição redigitalizada obtida na internet com paginação alterada em relação à original).

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil - entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução de Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p. ISBN 978-85-7617-161-4.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 321-330, jan/abr 2003.

SEVILLA-GUSMÁN, Eduardo; MOLINA, Manoel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução de Énio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. 3ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p. ISBN 85-87394-83-5.

SIDERSKY, Pablo. **Sobre a Especificidade do Pequeno Produtor**: Uma introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa. Rio de janeiro: AS-PTA, 1991. (Série: textos para debate 36).

SILIPRANDI, Emma. O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 2, n. 44, p. 106-110, ano 24 2002. ISSN 0102-1117.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosangela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, Andrea; DANTAS, I. **Autonomia e Cidadania**: Política de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural. 1ª. ed. Brasilia: MDA, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Camponesas, Fiandeiras, Tecelãs, Oleiras. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, L. Servolo de **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 163-183. ISBN 978-85-63749-07-9.

SOUZA, Suzane Tosta. **Luta de classes no campo e a construção do território camponês**. Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Niterói: UFF. 2009. p. 17.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**: versão do texto de marpурго, de 1957 por Alberto Löfgren. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, v. II - História, 1930. Disponível em: <<http://www.bnportugal.pt/>>. Publicações da Academia Brasileira / Biblioteca de Cultura Nacional (cópia digitalizada pela Biblioteca Nacional Digital de Portugal).

TCHERNOV, Viktor Mikhaïlovitch. **A Luta de Classes no Campo - textos para debate 28**. Tradução de Flávia Macedo Castro e Lourdes Grzybowski. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 44 p. (Traduzido de TCHERNOV, V. La lutte de classe dans les campagnes. In: Baynac, Jacques. Les Socialistes - Révolucionnaires; de mars 1881 à mars 1917. Paris, Ed. Robert Laffont, 1979. p. 318-39(Les Hommes et l'Histoire)).

VELHO, Otávio Guilherme A C. Conceito de Campones e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: WELCH, CLIFFORD ANDREW , et al. **Camponeses Brasileiros**: Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP, v. 1, 2009. Cap. 1, p. 89-96: 336. ISBN ISBN 978-85-7139-954-9.

VERGES, Armando Bartra. **Ser campesino es un modo de vida**. Entrevista concedida a: ZAMORANO, Iván Bustillos; La Paz. Transmissão original: La Razón. 17 de mayo de 2015. Descripción: Edición Impresa. Disponível em: http://www.larazon.com/index.php?_url=/suplementos/animal_politico/Armando-Bartra-campesino-modo-vida_0_2271972841.html.

WEBER, Max. Los tipos de dominación. In: WEBER, Max **Economía y Sociedad - esbozo de sociología comprensiva**. 2^a. ed. Madrid: Fundo de Cultura Económica, 2002. Cap. III (de la parte I), p. 170-241. (Primera edición en alemán, 1922; segunda reimpression della segunda edición en español de 1964).

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. 2^a. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

Submetido em: outubro de 2024.

Aceito em: março de 2024